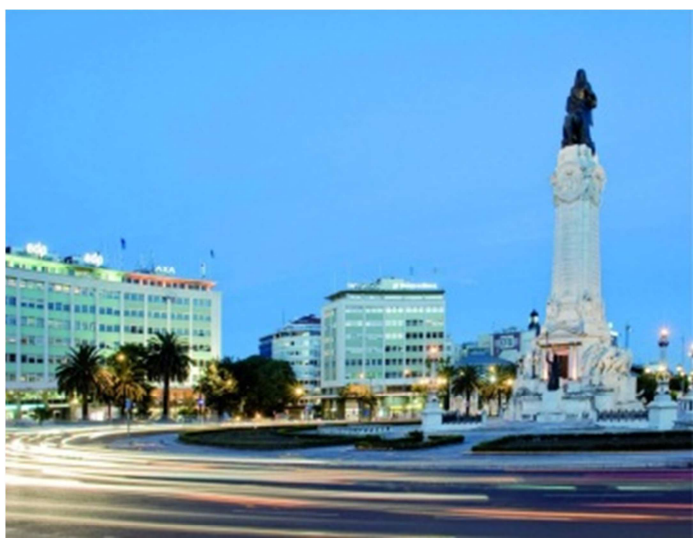


A SIMPLIFICAÇÃO DO REGIME DOS
RESIDENTES NÃO HABITUAISCONFIANÇA
EFICIÊNCIA
COMPETÊNCIA

A presente Informação Fiscal destina-se a ser distribuída entre Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta. Não deve servir de base para qualquer tomada de decisão sem assistência profissional qualificada e dirigida ao caso concreto. O conteúdo desta Informação Fiscal não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do editor. Caso deseje obter esclarecimentos adicionais sobre este assunto contacte contacto@rffadvogados.pt.

Foi publicada, recentemente, a Circular n.º 9/2012, de 3 de Agosto, que visa simplificar e actualizar os procedimentos administrativos constantes da Circular n.º 2/2010, de 6 de Maio, relativa ao regime fiscal dos residentes não habituais, criado pelo Decreto-Lei n.º 249/2009, de 23 de Setembro e complementado pela Portaria n.º 12/2010, de 7 de Janeiro.

O regime fiscal dos residentes não habituais foi criado com a intenção de atrair para o nosso país profissionais de actividades de elevado valor acrescentado e indivíduos com elevado património, pretendendo rivalizar com alguns regimes, concorrentes, em vigor noutros países.

Podem beneficiar deste regime os sujeitos passivos que se tornem residentes fiscais em Portugal, no ano relativamente ao qual pretendem que tenha início a tributação como residentes não habituais e desde que não tenham sido considerados residentes em território português em qualquer dos cinco anos anteriores a esse mesmo ano. A inscrição como residente não habitual terá de ser solicitada junto da Administração tributária no próprio acto de inscrição como residente em Portugal, ou posteriormente, em 31 de Março,

inclusive, do ano seguinte àquele em que se tornem residentes.

A prática dos últimos anos revelou que o regime era, em muitos casos, inoperante, devido aos pesados procedimentos administrativos e burocracia imposta pela Administração tributária, de difícil concretização, nomeadamente a necessidade de certificação da não residência em Portugal nos cinco anos anteriores.

Neste contexto, esta Circular n.º 9/2012 veio introduzir diversas alterações relevantes, das quais se destaca, desde logo, a eliminação da obrigatoriedade de, no momento da inscrição como residente não habitual, o interessado comprovar a anterior residência e tributação no estrangeiro, através de um certificado de residência fiscal, cuja obtenção constitui, em muitos países, um processo moroso e difícil.

Doravante, o sujeito passivo que pretenda beneficiar deste regime apenas terá de declarar que não se verificaram, nos cinco anos anteriores, as condições exigidas para se tornar residente em território português. Não obstante, a Administração tributária poderá requerer elementos adicionais de prova, nomeadamente documentos que atestem a residência no estrangeiro, quando existam fundados indícios quanto à falta de veracidade dos elementos constantes da declaração apresentada.

Esta desburocratização resulta numa franca agilização do procedimento de

inscrição dos residentes não habituais no cadastro de contribuintes, a qual permitirá desbloquear os processos de inscrição que se encontravam, até agora, suspensos em virtude de o residente não habitual não ter conseguido obter, ainda, o certificado de residência fiscal. Neste sentido, a Circular n.º 9/2012 clarifica que os novos procedimentos se aplicam aos pedidos de inscrição como residente não habitual que estejam actualmente em apreciação.

A Circular n.º 9/2012 vem, ainda, clarificar que se consideram tempestivos os pedidos de inscrição como residentes não habituais apresentados até 15 de Maio, data na qual entrou em vigor a Lei do Orçamento Rectificativo para 2012 (Lei n.º 20/2012, de 14 de Maio) e que estabeleceu a data-limite de 31 de Março do ano seguinte àquele em que o sujeito passivo se torne residente em território português, para efeitos da sua inscrição como residente não habitual. Isto porque, no regime em vigor antes da referida alteração legislativa, não se estabelecia qualquer prazo para este efeito.

Em consonância com as alterações legislativas introduzidas pela Lei do Orçamento do Estado para 2012 (Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro), a Circular n.º 9/2012 reitera ainda que deverá ser aplicada a taxa de 20% na retenção na fonte sobre os rendimentos do trabalho dependente, ou empresariais e profissionais pagos a residentes não habituais, no âmbito do

exercício de actividades de elevado valor acrescentado, com carácter científico, artístico ou técnico, constantes da Portaria n.º 12/2010, de 7 de Janeiro.

Já no que respeita aos rendimentos empresariais e profissionais, auferidos em actividades de prestação de serviços de “elevado valor acrescentado”, com carácter científico, artístico ou técnico (de acordo com a tabela constante da citada Portaria) que os residentes não habituais em território português obtenham, no estrangeiro, os mesmos beneficiam da aplicação do método da isenção, na eliminação da dupla tributação sobre o referido rendimento, e desde que, alternativamente: possam ser tributados no outro Estado contratante, em conformidade com convenção para eliminar a dupla tributação celebrada por Portugal com esse Estado, ou possam ser tributados no outro país, território ou região, em conformidade com o modelo de convenção fiscal sobre o rendimento e o património da OCDE, quando não exista convenção, desde que aqueles não constem da lista constante da “lista negra” (Portaria n.º 150/2004, de 13 de Fevereiro, actualizada pela Portaria n.º 292/2011, de 8 de Novembro) e, bem assim, desde que os rendimentos não sejam de considerar obtidos em território português.

A referida tabela de actividades de elevado valor acrescentado inclui profissões de variados ramos de actividade: arquitectos e engenheiros,

artistas plásticos, actores e músicos, auditores e consultores fiscais, médicos e dentistas, professores universitários, profissões liberais, investidores, administradores e gestores.

É espectável que, com as medidas de simplificação ora introduzidas no regime dos residentes não habituais, tenham sido, finalmente, ultrapassados os obstáculos que impediam a sua plena aplicação, prevendo-se que a adesão ao referido regime aumente e que, finalmente, Portugal beneficie de todas as suas potencialidades.

Lisboa, 22 de Agosto de 2012

Rogério M. Fernandes Ferreira
Mónica Respício Gonçalves